

PROMOÇÃO DA SAÚDE EM COMUNIDADES RURAIS E DE DIFÍCIL ACESSO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

JUNIOR, Eldenei De Almeida Rodrigues.²

MARMENTINI, Michelli Farina.³

PIVA, Amanda Milena.⁴

XAVIER, Thayse Duarte.⁵

RADAELLI, Patrícia.⁶

RESUMO

A promoção da saúde em comunidades rurais e de difícil acesso configura-se como um dos maiores desafios para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Este estudo, de caráter qualitativo e abordagem exploratória, realiza uma revisão bibliográfica para identificar as principais barreiras e estratégias relacionadas ao cuidado em saúde nessas localidades. A análise revelou a persistência de desigualdades socioespaciais, estruturais e educacionais que impactam negativamente o acesso, a continuidade do cuidado e a qualidade de vida das populações rurais. Destacam-se entre os obstáculos a precariedade na infraestrutura, a escassez e rotatividade de profissionais, as limitações no transporte, além da invisibilidade dessas populações nas políticas públicas. Em contrapartida, práticas como o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), a atuação dos agentes comunitários de saúde, a articulação intersetorial e o uso de tecnologias como a telemedicina mostram-se promissoras para superar as barreiras geográficas e sociais. Conclui-se que a valorização das especificidades territoriais e o planejamento de ações integradas são fundamentais para a promoção da equidade em saúde no contexto rural brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde rural; Acesso à saúde; Atenção primária; Agentes comunitários; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa teórica, com enfoque interdisciplinar, promovido a partir da confluência dos objetivos da disciplina do 7º período do curso de Medicina. Dentre as especificidades das temáticas de formação geral, propostas nas Diretrizes do Ministério da Educação, optou-se abordar a atenção à saúde nas áreas rurais do Brasil, com delimitação voltada aos desafios encontrados nesse contexto e às propostas para superá-los. A atenção à saúde nas áreas rurais do Brasil enfrenta desafios significativos, decorrentes da distância geográfica, infraestrutura limitada e escassez de recursos humanos. Apesar dos avanços nas políticas públicas, como a Política Nacional

¹ Esse artigo é um resultado de uma pesquisa desenvolvida na disciplina de Leitura Multiculturais e Sociodiversidade PRODEPP 7º período do curso de Medicina Assis Gurgacz

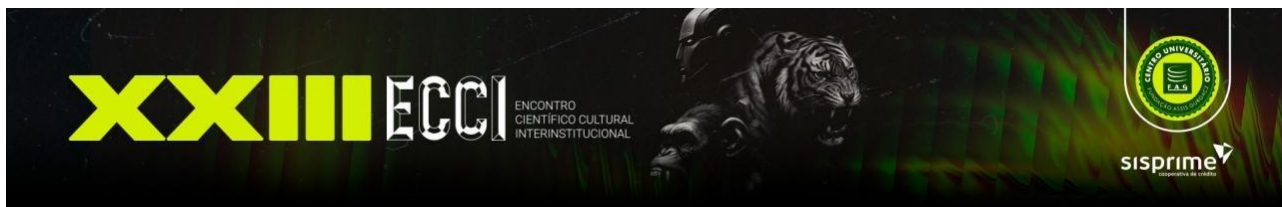
² Acadêmico de Medicina do 7º período do Centro Universitário Assis Gurgacz

³ Acadêmico de Medicina do 7º período do Centro Universitário Assis Gurgacz

⁴ Acadêmico de Medicina do 7º período do Centro Universitário Assis Gurgacz

⁵ Acadêmico de Medicina do 7º período do Centro Universitário Assis Gurgacz

⁶ Professora orientadora da disciplina de Leitura Multiculturais e Sociodiversidade PRODEPP 7º período do curso de Medicina Assis Gurgacz



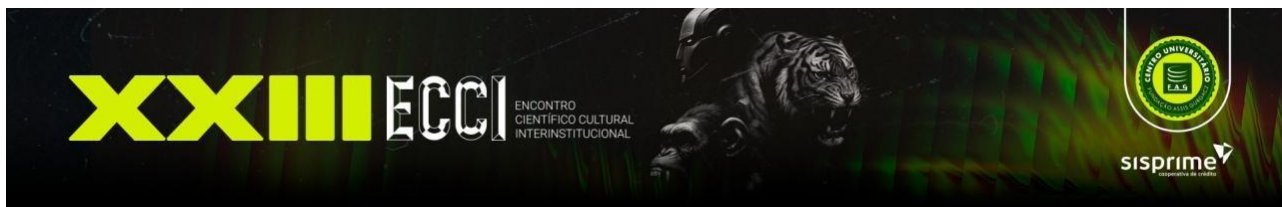
de Saúde Integral das Populações do Campo, a implementação dessas ações ainda encontra obstáculos, especialmente nas regiões mais remotas. Neste contexto, agentes comunitários de saúde desempenham um papel vital, conectando as comunidades rurais aos serviços de saúde e realizando ações de cuidado diretamente no território.

A investigação deu-se pelo viés da seguinte questão norteadora: quais os principais desafios e propostas para o fortalecimento da atenção à saúde nas áreas rurais brasileiras? Justamente por se entender as contribuições dessa análise para o processo da formação acadêmica. Estudar sobre os entraves no acesso aos serviços de saúde nessas regiões, bem como as estratégias que visam superar tais barreiras, requer uma reflexão crítica sobre a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da articulação entre os níveis de gestão, para promoção da equidade e integralidade no cuidado. Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por uma revisão de literatura, com metodologia de pesquisa bibliográfica, com contribuições de publicações de autores que discutem a saúde rural, atenção primária e políticas públicas de saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A promoção da saúde em comunidades rurais enfrenta desafios significativos em diversos países, inclusive nos Estados Unidos, onde fatores como a grande extensão territorial e a deficiência de infraestrutura dificultam o acesso adequado aos serviços. De maneira semelhante, no Brasil, essa realidade se repete, sendo resultado de múltiplos determinantes sociais. A vasta extensão territorial brasileira e as desigualdades nas condições de vida expõem as populações rurais a riscos e agravos à saúde mais acentuados, cujas especificidades culturais, sociais e ambientais ainda são pouco conhecidas e raramente consideradas nas políticas públicas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2023). Além disso, evidências indicam que, em comparação com a população urbana, a população rural apresenta condições sanitárias mais precárias, como a baixa cobertura de saneamento básico e o consumo predominante de água sem tratamento, o que favorece a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, parasitoses intestinais e diarreias (BRASIL, 2014 apud SANTOS, 2020).

Nos últimos 30 anos, houve políticas para melhorar as APS no Brasil, como Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), Programa Mais Médicos (PMM) e o Requalifica UBS. Por isso, as maiores dificuldades são encontradas em municípios mais remotos e vulneráveis, com IDHM baixo, representando a maior vulnerabilidade socioeconômica.



As vulnerabilidades biopsicossociais vivenciadas pelas populações rurais, estão atreladas as questões da sobrevivência sociais como deficiência no tratamento da água para consumo, existência de problemas ambientais, insatisfatória produção familiar, baixa renda familiar, inexistência de escolas ou creches, carência de opções de lazer na comunidade. Essa realidade reforça o fato de que os indivíduos que residem na zona rural à vida toda apresentam pior qualidade de vida. (AQUINO; LIMA, 2022).

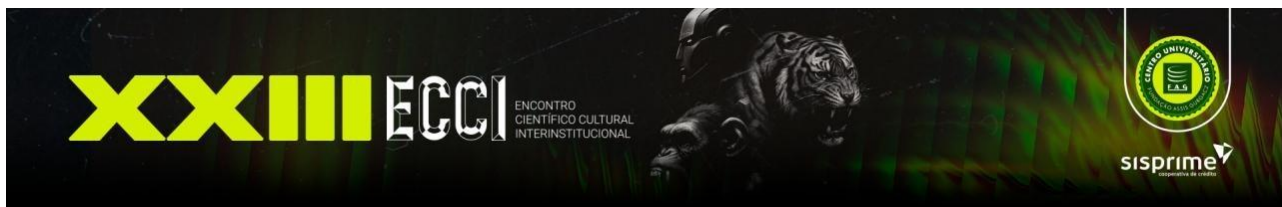
Equipes completas eram mais presentes nas UBS da sede, mas nas áreas rarefeitas a atuação das equipes enfrentava falhas de infraestrutura, alto custo de manutenção da UBS e dificuldades de deslocamento e para fixação dos profissionais, especialmente do médico. (ARAUJO; RODRIGUES, 2023). Esse é o panorama principal encontrados no interior, o fator de deslocamento é prevalente, bem como a falta de profissionais de saúde. Percebe-se a falta de fixação e alta rotatividade dos profissionais nas áreas remotas, principalmente pelas opções limitadas de lazer e de infraestrutura municipal, distância da família e da capital do estado.

Além disso, existem fatores paralelos aos contexto rural que dificultam a promoção da saúde. Isso é evidente nas diferenças nas condições de vida entre os que residem na are urbana e os que residem em áreas do interior, onde há piores condições, como irregularidades no abastecimento de água potável, inexistência de rede de esgotamento sanitário, ausência de banheiro na maioria das casas, coleta insuficiente e falta de local adequado para destino do lixo. Esses fatores aumentam a falta de saúde, e prolongam um problema já existente.

Outro fator conivente é a oferta de empregos insuficiente e a baixa escolaridade, o que dificulta o paciente a entender a existência do sistema de saúde que lhe é proporcionado – mesmo que em condições precárias-, bem como ter acesso a ele.

É necessário considerar as particularidades de cada região para melhorar esse cenário.

Considerar as particularidades dos MRR brasileiros envolve ampliação de investimentos em infraestrutura, insumos e equipamentos adequados nas UBS, além do uso de tecnologias comunicacionais que fomente maior articulação entre níveis assistenciais para promover o acesso ao cuidado oportuno e de qualidade à APS. Um aspecto reforçado neste estudo é o nexu entre garantia de transporte e acesso à saúde. (ARAUJO; RODRIGUES, 2023).



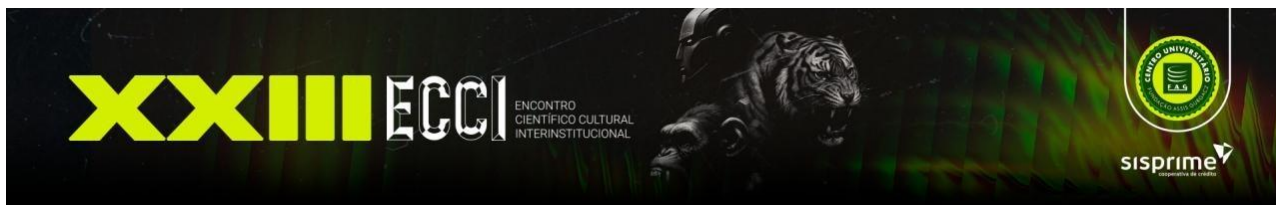
Além disso, financiamento em um estrutura interligada e integrada que amenize as dificuldades resultantes das particularidades locais e remotas. A tecnologia também deve ser um modo de suprir essas necessidades, mesmo que em algumas situações a população não esteja preparada para isso.

O acesso de grupos populacionais distantes dos centros urbanos, como ocorre com as populações do campo e da floresta, depende da organização da rede de serviços e ações com base nas características dos territórios. Essa organização deve ser guiada pelas materialidades, fluxos e usos dos territórios, visando à integralidade do cuidado. (AQUINO, 2022).

Outro fato existente, é a tendência de se fazer políticas públicas focadas na zona urbano, por isso a rural sofre com a escassez de meios públicos para o seu desenvolvimento, muitas vezes recebendo financiamentos muitos específicos para um considerável desenvolvimento. A saúde da população rural deve ser vista como fenômeno, bem mais amplo que a doença, e os maiores desafios para as políticas públicas estão em melhorar a qualidade de vida das pessoas dessas regiões. Além da oferta de serviço de saúde, essas ações envolvem a geração da renda, educação, habitação e saneamento básico, fatores determinantes do acesso aos serviços. (AQUINO, 2022). A população da zona rural há muito requer atenção das políticas públicas, em especial do Sistema Único de Saúde, devido às iniquidades em saúde, bem como para a superação do modelo de atenção que respeitem suas especificidades. (AQUINO, 2022).

Diante das dificuldades para promover a saúde em áreas remotas, torna-se fundamental que os agentes de saúde assumam um papel mais ativo, buscando melhorar a eficiência dos serviços prestados. Nesse contexto, um dos principais desafios do acesso à saúde rural é a superação das grandes distâncias, o que evidencia a importância da atenção domiciliar. Assim, as equipes de saúde da família que atuam em áreas rurais precisam realizar atendimentos domiciliares como estratégia para reduzir ou contornar as barreiras de acesso às Unidades Básicas de Saúde (AQUINO, 2022). Além disso, estudos sobre a força de trabalho em saúde destacam a escassez de médicos nas áreas rurais, mas, em contrapartida, apontam a presença significativa de enfermeiros, profissionais sem graduação e outras categorias atuando na saúde rural e na Atenção Primária à Saúde (GOMES, 2021).

Outra característica importante dessas regiões é o trabalho comunitário, desenvolvido por meio de visitas domiciliares, ações de extensão dos serviços de saúde, articulações intersetoriais, bem como atividades de vigilância e planejamento estratégico no território (GOMES, 2021). No âmbito da



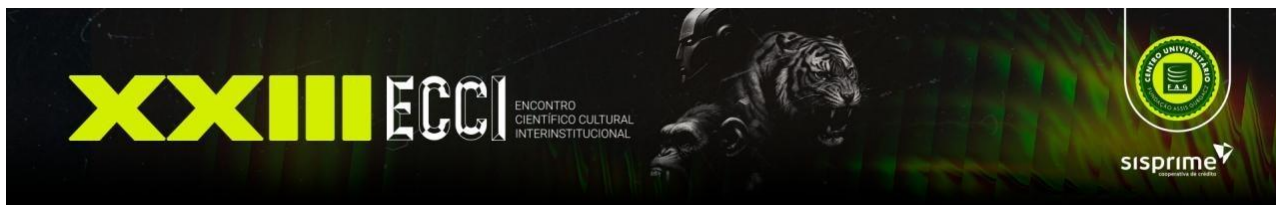
Atenção Primária à Saúde, especialmente nas zonas rurais, destaca-se o papel do agente comunitário de saúde, que atua na redução das distâncias entre a população e os serviços, identificando necessidades, promovendo o cuidado e orientando a comunidade sobre as formas de acessar os serviços de saúde (GOMES, 2021).

Diversos fatores contribuem para a situação atual da saúde nas áreas rurais, evidenciando a necessidade de revisão das políticas públicas, independentemente da região em que se aplicam, uma vez que as dificuldades físicas de acesso devem ser analisadas em conjunto com os aspectos sociais envolvidos. Embora o direito à saúde deva assegurar o acesso a todos os serviços necessários, observa-se que, para as populações rurais, esse acesso muitas vezes depende mais da capacidade de deslocamento do que das necessidades reais de cuidado. Assim, discutir o direito à saúde nesses contextos exige o mapeamento das possibilidades e limitações de deslocamento entre os territórios rurais e os centros urbanos, levando em conta as especificidades de cada comunidade (GOMES, 2021).

Nesse cenário, agentes comunitários de saúde relatam a adoção de diversas estratégias para melhorar o acesso da população rural aos serviços de saúde, como adaptações nos meios de transporte, organização na marcação de consultas e mobilização de outras pessoas para auxiliar no deslocamento até a cidade (GOMES, 2021). Para garantir um acesso oportuno e de qualidade à Atenção Primária à Saúde, é fundamental considerar as particularidades das populações brasileiras, ampliando os investimentos em infraestrutura, insumos e equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde, bem como incorporando tecnologias de comunicação que promovam maior articulação entre os diferentes níveis assistenciais (ARAUJO; RODRIGUES, 2023).

Nesse contexto, torna-se necessário adotar estratégias organizativas que utilizem soluções à distância, com o objetivo de ampliar os recursos disponíveis e garantir cuidados oportunos, resolutivos e de qualidade em regiões de difícil acesso. Por se tratar de Municípios Rurais Remotos (MRR), as estratégias de telessaúde são essenciais e indispensáveis para favorecer o acesso da população aos serviços de saúde (ARAUJO; RODRIGUES, 2023).

Dessa forma, adotar uma visão diversificada dos parâmetros relacionados à saúde pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais abrangentes. Para enfrentar os múltiplos desafios

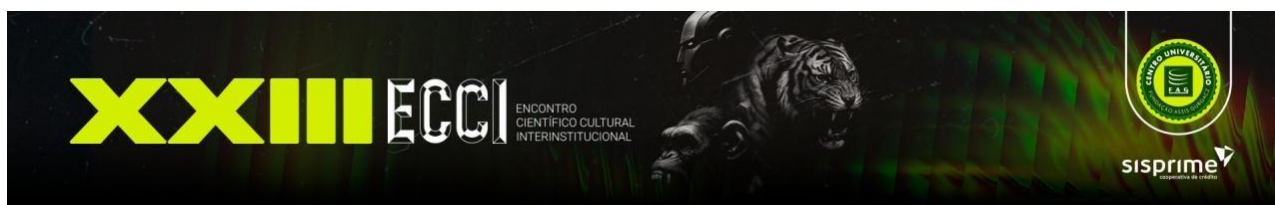


existentes, é imprescindível que haja ações integradas e articuladas entre os três níveis de governo. Em contextos caracterizados por inúmeras singularidades, as especificidades geográficas, ambientais, sociais e culturais não devem ser vistas como obstáculos à garantia do direito à saúde, mas sim como fundamentos para a análise e o planejamento de políticas públicas. Esse olhar atento para as particularidades territoriais é essencial, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades socioespaciais, e deve orientar a construção de políticas, tanto em nível micro quanto macro, com o objetivo de promover melhores condições de vida e saúde para a população (ARAÚJO; RODRIGUES, 2023).

A Organização Mundial dos Médicos de Família (WONCA), fundada em 1972, é uma entidade internacional que representa médicos de atenção primária em mais de 130 países, possui um grupo específico voltado à saúde rural, o WONCA Working Party on Rural Practice, responsável por formular diretrizes adaptadas às necessidades dessas populações.

A Organização Mundial dos Médicos de Família (WONCA) destaca que a qualidade dos serviços de saúde em áreas rurais depende da adoção de políticas voltadas especificamente para essas populações, considerando as suas peculiaridades socioterritoriais. Essas políticas devem valorizar o papel da atenção primária, fortalecer o vínculo entre profissionais e comunidades e garantir que os serviços sejam culturalmente apropriados, acessíveis e eficazes. A diretriz reforça a importância de práticas colaborativas e sustentáveis, bem como a capacitação contínua dos profissionais que atuam nesses territórios, como forma de reduzir as desigualdades em saúde entre áreas urbanas e rurais (WONCA, 2003).

Sob outro ângulo, é válido ressaltar que a telemedicina vêm sendo amplamente discutida nos dias atuais. Esta é uma estratégia cada vez mais utilizada para ampliar o acesso à saúde, especialmente em regiões onde há escassez de profissionais e dificuldades de deslocamento. Ela envolve o uso de tecnologias de informação e comunicação para prestar serviços médicos a distância, possibilitando desde consultas e acompanhamento clínico até suporte diagnóstico e capacitação de profissionais. No Brasil, a telemedicina vem sendo incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) como uma alternativa viável para atender populações em locais remotos – como nas áreas rurais, foco deste trabalho, promovendo maior equidade na atenção. Em comunidades rurais, essa modalidade de atendimento é especialmente relevante, pois permite superar barreiras geográficas e logísticas que historicamente limitam o acesso à saúde. A importância dessa estratégia é destacada por Kur et al. (2023), que analisam seu papel no fortalecimento dos serviços de saúde em áreas rurais, especialmente no contexto do SUS.



A implementação da telemedicina no âmbito do SUS tem se mostrado uma ferramenta promissora para garantir o acesso aos serviços de saúde em locais remotos. A prática permite o acompanhamento clínico, a troca de informações entre profissionais e a resolução de demandas de saúde sem a necessidade de deslocamento físico, o que é especialmente relevante para comunidades com infraestrutura viária limitada. A expansão da telessaúde, no entanto, requer investimentos em conectividade e capacitação tecnológica das equipes de saúde (KUR et al., 2023).

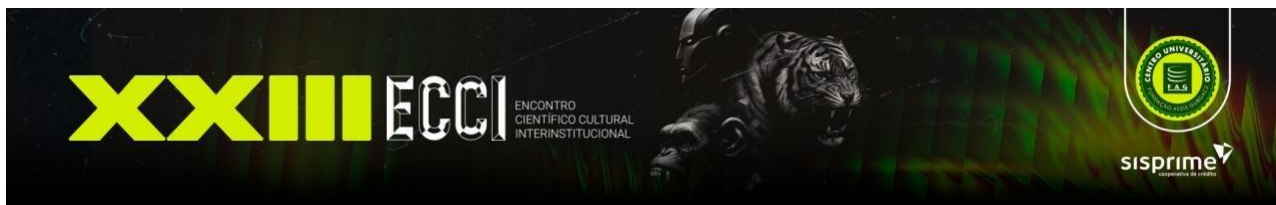
Além da assistência clínica que deve ser fornecida à população das áreas rurais, é necessário abordar aspectos educativos e ambientais que impactam diretamente a promoção da saúde nestes locais. Gonçalves e Gonçalves (2024) ressaltam os desafios da educação ambiental nas escolas rurais, indicando que a ausência de políticas integradas entre saúde e educação compromete a formação de uma consciência coletiva voltada à prevenção de doenças e ao cuidado com o meio ambiente. As ações educativas, quando bem implementadas, podem fortalecer o protagonismo comunitário, promovendo hábitos saudáveis e sustentáveis desde a infância, com reflexos positivos na saúde pública local (Gonçalves e Gonçalves, 2024).

Diante do exposto, percebe-se que a promoção da saúde em comunidades rurais e de difícil acesso demanda uma abordagem integral e intersetorial, que vá além da simples ampliação dos serviços de saúde. É necessário reconhecer e enfrentar as múltiplas barreiras — sociais, geográficas, educacionais e estruturais — que dificultam o acesso e a efetivação do cuidado nessas localidades. A valorização das especificidades territoriais, o investimento em tecnologia, a atuação estratégica dos agentes comunitários e a articulação entre saúde, educação e meio ambiente se mostram caminhos promissores para construir uma atenção mais equitativa e resolutiva no contexto rural brasileiro.

3. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com abordagem exploratória, que tem como objetivo analisar os desafios e estratégias de promoção da saúde em comunidades rurais e de difícil acesso no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio da leitura e análise de artigos científicos, documentos oficiais e publicações acadêmicas que abordam o tema da saúde rural, disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico, BVS e portais institucionais. Os critérios de inclusão consideraram publicações entre os anos de 2003 a 2024, que abordassem diretamente a temática da atenção à saúde em contextos rurais, políticas públicas, atuação de agentes comunitários, telessaúde e educação em



saúde. Foram priorizados artigos de acesso aberto e que contribuíssem com diferentes enfoques sobre a realidade das populações rurais brasileiras.

Após a seleção dos materiais, os dados foram organizados e analisados de forma qualitativa, com base na identificação de categorias temáticas emergentes relacionadas às dificuldades de acesso, estratégias assistenciais e ações intersetoriais.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 Panorama geral e desigualdades na saúde rural

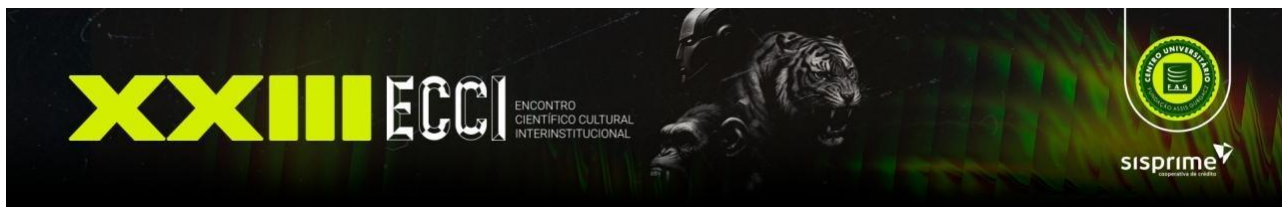
Em primeiro lugar, a análise da literatura revela que a promoção da saúde em comunidades rurais constitui um desafio comum a diversos países, inclusive os de grande extensão territorial, como os Estados Unidos e o Brasil. No contexto brasileiro, as dificuldades são potencializadas por desigualdades socioeconômicas, geográficas e estruturais, que impactam diretamente a qualidade de vida e o acesso aos serviços básicos de saúde da população do campo. Conforme destacado por Araújo e Rodrigues (2023), as particularidades culturais, sociais e ambientais das comunidades rurais seguem sendo pouco consideradas nas políticas públicas nacionais.

4.2 Limitações das políticas e programas de APS

Ainda, de acordo com os autores referenciados, é válido ressaltar que, apesar de avanços nas últimas décadas, como a criação de programas voltados à Atenção Primária à Saúde (APS) – incluindo o PMAQ-AB, o Programa Mais Médicos (PMM) e o Requalifica UBS –, os resultados ainda são limitados em regiões mais remotas. Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) continuam enfrentando maior vulnerabilidade, refletindo a fragilidade da presença e atuação das equipes de saúde (Araújo; Rodrigues, 2023).

4.3 Vulnerabilidades biopsicossociais nas comunidades rurais

Outro ponto importante a ser destacado é que as vulnerabilidades vivenciadas por populações rurais não se limitam às condições de saúde, mas abrangem uma série de fatores biopsicossociais, como baixa renda familiar, ausência de creches e escolas, falta de opções de lazer e infraestrutura comunitária precária. Tais elementos repercutem em uma pior qualidade de vida para quem reside continuamente na zona rural (Aquino; Lima, 2022). Ainda, de acordo com os autores, a dificuldade de fixação dos profissionais de saúde nas áreas de difícil acesso é mais uma importante intempérie



localizada nesta temática. Isto é, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas fora das sedes municipais enfrentam deficiências estruturais, alto custo de manutenção e dificuldades logísticas para o deslocamento das equipes, especialmente dos médicos. Essa alta rotatividade compromete a continuidade do cuidado e o vínculo com a comunidade (Araújo; Rodrigues, 2023).

4.4 Organização das redes de atenção e abordagens intersetoriais

Ademais, é importante ressaltar que, de acordo com os autores pesquisados, a superação desses desafios requer ações que respeitem e valorizem as particularidades regionais. Para isso, a literatura aponta a necessidade de ampliar os investimentos em infraestrutura física e tecnológica das UBS, bem como promover maior articulação entre os níveis de atenção por meio de ferramentas de telessaúde. Contudo, mesmo com os avanços tecnológicos, é fundamental considerar o grau de letramento digital da população rural para garantir que tais estratégias sejam efetivas (Araújo; Rodrigues, 2023).

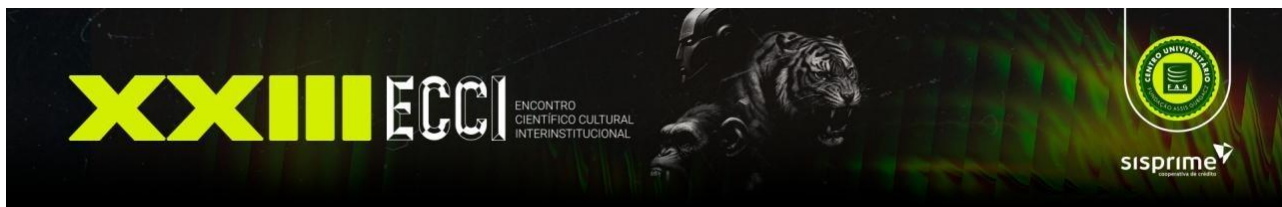
Além disso, a construção de redes de atenção que considerem os fluxos territoriais e as necessidades locais é essencial para alcançar a integralidade do cuidado. Aquino (2022) destaca que o acesso de populações distantes dos centros urbanos depende diretamente de como os serviços de saúde se organizam, incorporando as materialidades e dinâmicas específicas de cada território. Isso reforça a importância de uma abordagem intersetorial e centrada no território, com planejamento integrado entre saúde, transporte, saneamento e educação. A realidade das comunidades rurais brasileiras evidencia a existência de desigualdades históricas no acesso à saúde, que se manifestam tanto na disponibilidade de serviços quanto na forma como são ofertados.

4.5 Negligência histórica e determinantes sociais da saúde

A literatura analisada aponta para um padrão recorrente de negligência por parte das políticas públicas, que concentram seus esforços majoritariamente nas áreas urbanas, deixando as populações rurais em situação de vulnerabilidade. Essa desigualdade não se restringe ao acesso físico aos serviços, mas perpassa também aspectos sociais como renda, educação, habitação e saneamento, considerados determinantes sociais da saúde (Aquino, 2022).

4.6 Distância geográfica e papel do atendimento domiciliar

Sob outro ângulo, o desafio da distância geográfica, frequentemente citado pelos autores, escancara a dificuldade de deslocamento enfrentada pelos moradores da zona rural. Essa limitação,



que compromete o acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), exige das equipes de saúde da família uma atuação diferenciada, com ênfase no atendimento domiciliar como forma de superar as barreiras físicas (Aquino, 2022). Essa estratégia, no entanto, requer um número adequado de profissionais e apoio logístico, o que nem sempre está disponível. Nesse contexto, destaca-se o papel central do agente comunitário de saúde (ACS), frequentemente descrito como o elo entre a população rural e os serviços de saúde. O ACS contribui não apenas no mapeamento das necessidades locais, mas também na mobilização da comunidade e na construção de um cuidado mais próximo e culturalmente sensível (Gomes et al.). A presença dos ACSs e de outros profissionais de nível técnico e de enfermagem tem sido fundamental para a sustentação da Atenção Primária à Saúde (APS) em territórios de difícil acesso, compensando, em parte, a ausência de médicos.

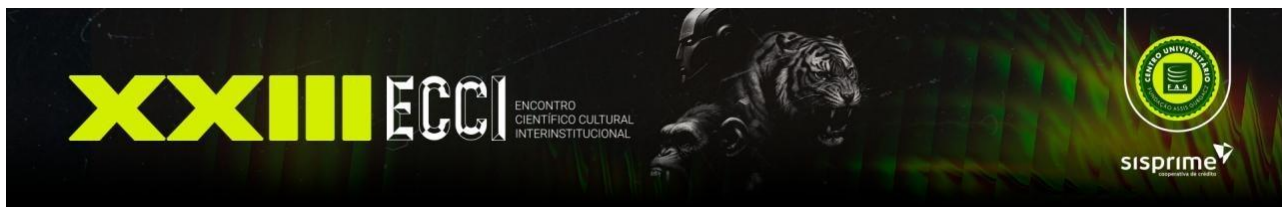
Outro aspecto recorrente nos estudos analisados é a importância da articulação intersetorial e do trabalho comunitário para a consolidação da APS nas zonas rurais. As visitas domiciliares, ações educativas e o planejamento territorial estratégico demonstram ser ferramentas eficazes para adaptação da atenção à saúde às especificidades locais (Gomes et al.). Essas práticas contribuem para a construção de um modelo de cuidado mais resolutivo e equitativo.

4.7 Uso de tecnologias: telemedicina como ferramenta de superação

É relevante retomar também que a utilização de estratégias tecnológicas como a telemedicina e a telessaúde despontam como solução promissora para ampliar o acesso ao cuidado. De acordo com Kur et al., quando bem implementadas, essas ferramentas possibilitam o acompanhamento clínico a distância, a troca de informações entre profissionais e a superação de barreiras geográficas que limitam o acesso a serviços de saúde. No entanto, os desafios relacionados à infraestrutura tecnológica e à qualificação das equipes de saúde ainda representam entraves à plena efetivação dessas práticas.

4.8 Políticas públicas contextualizadas e saúde como direito

A literatura também destaca a necessidade de políticas públicas construídas com base nas especificidades dos territórios, e não a despeito delas. A valorização das características geográficas, culturais e sociais deve orientar o planejamento de ações em saúde que, além de atender às demandas imediatas, contribuam para a melhoria das condições de vida da população rural (Araujo; Rodrigues, 2023). Esse olhar contextualizado é fundamental para romper com o padrão de invisibilidade que marca a saúde rural brasileira.



4.9 Integração entre saúde, educação e meio ambiente

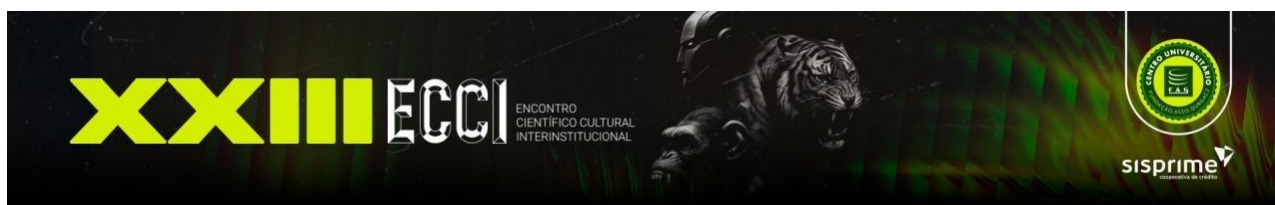
Por fim, de acordo com os autores em foco nesta pesquisa, o fortalecimento da promoção da saúde exige a integração entre os setores da saúde, educação e meio ambiente, especialmente nas escolas rurais. A ausência de políticas educativas voltadas à prevenção e à formação de uma consciência coletiva compromete o desenvolvimento de práticas sustentáveis e saudáveis nas comunidades (Gonçalves e Gonçalves, 2024). A adoção de ações educativas desde a infância pode ampliar o protagonismo comunitário e fortalecer a APS como modelo de atenção integral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica evidenciou que a promoção da saúde em comunidades rurais e de difícil acesso exige uma abordagem ampla, intersetorial e adaptada às especificidades territoriais. Os desafios enfrentados por essas populações vão além da carência de serviços médicos, incluindo também fatores sociais, educacionais, ambientais e logísticos que comprometem o acesso e a continuidade do cuidado. A literatura aponta que políticas públicas frequentemente priorizam áreas urbanas, negligenciando as reais necessidades do meio rural, o que perpetua desigualdades históricas.

Nesse contexto, o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, por meio da valorização do papel dos agentes comunitários, da qualificação das equipes multiprofissionais e da ampliação do uso da tele saúde, constitui um caminho viável para a superação das barreiras geográficas e sociais. Além disso, estratégias educativas e ambientais, como aquelas voltadas à promoção da saúde nas escolas rurais, também desempenham papel essencial na construção de uma consciência coletiva voltada ao cuidado e à prevenção.

Portanto, garantir o direito à saúde em áreas de difícil acesso demanda um olhar atento à diversidade cultural, social e geográfica dos territórios, bem como o compromisso dos três níveis de governo na formulação de políticas públicas integradas. A equidade na saúde só será possível com investimento contínuo, planejamento estratégico e reconhecimento do contexto rural como parte indissociável da realidade brasileira.



REFERÊNCIAS

AQUINO, Gabriel Dantas; LIMA, Ananda Soares. *Dificuldades de acesso à saúde e políticas públicas de saúde das populações rurais: uma revisão da literatura*. Extensão Rural, 2022.

Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221010622.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2025.

ARAÚJO, Caroline de Oliveira; RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida.

Acesso e uso dos serviços de saúde por populações rurais: uma revisão integrativa da literatura brasileira (2011-2021).

Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 32, n. 1, e220382, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2023.v32n1/e220382pt/>.

GOMES, João Carlos Ferreira. *Atenção Primária à Saúde em Áreas Rurais: Acesso, Organização e Força de Trabalho em Saúde*. Cadernos de Saúde Pública, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/VHd6TxVVpjzyJRtDWyVHkrs/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

GONÇALVES, Gabrielly Soares Dias; GONÇALVES, Joerbed dos Santos. *Desafios da educação ambiental e promoção da saúde nas escolas da zona rural*. In: II Congresso Nacional de Integração em Saúde e Meio Ambiente, 2024. Anais.... DOI: 10.51189/consamei2024/34745. ISBN 9786588884515.

KUR, Andréia da Silva Sales; SILVA, Silvia Ortiz Garcia da; PINHO, Silvia Teixeira de. *Telemedicina no SUS: garantia de acesso aos serviços de saúde para a população rural*. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 5, p. 814-831, 2023. ISSN 2674-8169

RURAL HEALTH INFORMATION HUB. *Healthcare Access in Rural Communities*. 2025.

Disponível em: <https://www.ruralhealthinfo.org/topics/healthcare-access>. Acesso em: 07 mai. 2025.

SANTOS, Rosângela Rodrigues. *Cuidado em Saúde às Populações Rurais: Perspectivas e Práticas de Agentes Comunitários de Saúde*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/HmLCdCPxhqRMT4RX3kwf6Xt/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

SOUZA, Iris Gleiciane de; ARAÚJO, Tatiane de Moura Fontes; SIMÕES, Érica Souza Santos; NASCIMENTO, Ananda Ariane Januário do. *Desafios para garantir saúde às populações que vivem em comunidades rurais*. Revista Científica de Alto Impacto, 2022.

Disponível em: <https://revistaft.com.br/desafios-para-garantir-saude-as-populacoes-que-vivem-em-comunidades-rurais/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

WONCA WORKING PARTY ON RURAL PRACTICE. *Política de qualidade e eficácia dos cuidados de saúde rural. Endossado pela Wonca, novembro de 2003*. Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 8, supl. 1, p. 15-24, jan./mar. 2013. Disponível em: [http://doi.org/10.5712/rbmfc8\(1\)728](http://doi.org/10.5712/rbmfc8(1)728). Acesso em: 7 maio 2025.